



CENTENÁRIO DO PCP 1921 - 2021

# OUTROS OLHARES

MIGUEL CARDINA | JOÃO MADEIRA  
INÊS FONSECA | ANA SOFIA FERREIRA  
ANA BARRADAS | ANTÓNIO BARATA

CENTENÁRIO DO PCP  
1921 - 2021

**Título:** Centenário do PCP 1921-2021 | Outros olhares  
**Autor:** Miguel Cardina, João Madeira, Inês Fonseca, Ana Sofia  
Ferreira, Ana Barradas, e António Barata  
**Capa:** António Barata  
**Ilustração:** José Dias Coelho  
**Revisão e paginação:** Edições Dinossauro  
**Data da edição:** Março de 2021

MIGUEL CARDINA | JOÃO MADEIRA  
FRANCISCO MARTINS RODRIGUES | INÊS FONSECA  
ANA SOFIA FERREIRA | ANA BARRADAS  
ANTÓNIO BARATA

CENTENÁRIO DO PCP  
1921 - 2021

OUTROS OLHARES

EDIÇÕES DINOSSAURO  
LISBOA, 2021



# O MEU TIO-AVÔ, “ESTA AMIGA” E O MDM DA BAIXA-DA-BANHEIRA

## Contributos para as memórias do PCP no centésimo aniversário

Nas minhas memórias de infância, o meu tio-avô protagoniza histórias divertidas e bem-humoradas, mas sobretudo deixou-me como herança a valorização do trabalho manual e do saber-fazer. Ele era proprietário de uma pequena loja de fios de lã e algodão, na vila de Alcobaça. Atendia as freguesas sempre com anedotas e piadas e tinha um conhecimento profundo sobre o seu ofício, que eu aprendi a admirar – dessem-lhe o tamanho da peça a confeccionar, o fio pretendido e o ponto de tricot a utilizar e ele respondia com a quantidade necessária de novelos, de maneira a não desperdiçar fio com sobras e nem a faltar fio que talvez já não pudesse ser adquirido para acrescentar. Eu assistia àquela operação e parecia magia.

Recordo que numa tarde de tédio das minhas férias de verão, entrei na loja e devo ter suspirado, o que me fez ouvir: “-Estás aborrecida, rapariga?”. A mesma pergunta, noutras tardes, podia dar azo à sugestão de brincadeiras e partidas para eu fazer na loja do seu irmão (outro tio-avô), mas nessa tarde a proposta foi diferente: “-Queres aprender a fazer tricot?”. É óbvio que quis. E lá fiquei, nas seguintes tardes, sentada ao lado do tio Zé, a enfiar as malhas na agulha, a fazer ponto de liga. E assim iniciei a confeção de um cachecol. Enfrentei algumas dificuldades: malhas caídas, buracos que não deviam existir, a ponta do cachecol mais estreita que depois começou a alargar sem eu saber como (“-Se comecei com 50 malhas como é que agora tenho 86?”), parecia que tinha vida própria. No final da semana, o tio Zé examinou o resultado: “-Agora, tens se continuar a treinar, mas já sabes fazer tricot, podes fazer uma camisola para vestires!”. Foi a primeira vez que alguém me disse que eu podia realizar alguma coisa para ser utilizada por mim, vestir um casaco que eu tricotei.

Nessa altura, eu não sabia que ele era militante do PCP. Na família, havia zangas e desavenças, umas mais duradouras que outras, mas nunca se falava desse assunto.

E na loja do tio Zé também não se falava de política. Se alguma cliente quisesse comentar as últimas declarações do Mário Soares ou do Sá Carneiro, a conversa era imediatamente cortada. Mas ainda hoje, guardo o presente que ele me trouxe da viagem que fez à União Soviética (a tendência da época, no que diz respeito ao turismo político): uns laços para segurar o cabelo, iguais aos das ginastas olímpicas soviéticas, que eu usei em vários saraus como ginasta do Benfica!

Já adulta e enquanto antropóloga, trabalhei sobre movimentos sociais em meio rural durante o Estado Novo. Tive como terrenos de investigação alguns locais considerados bastiões do PCP – Alpiarça, Pias, Baleizão, Aljustrel (alguns dos mais conhecidos) – e outros nada relacionados com o partido como a freguesia da Cela (Alcobaça). Em conversas com algumas pessoas fiquei a saber que este meu tio-avô foi o primeiro presidente da Câmara, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, eleito por uma Assembleia Popular reunida numa praça e com voto de braço levantado. Durou meses. Também fiquei a saber do ataque à sede do PCP em Alcobaça, no Verão Quente, com um incêndio provocado no qual ele podia ter morrido.

Nos meus contactos com militantes comunistas, surge com bastante frequência esta ideia de um certo secretismo sobre a militância. Ouvei muitas vezes as frases “-*Não sabemos se isto vira*” ou “-*Se isto voltar outra vez...*”. Para alguém de fora, como eu, é muito complicado conquistar a confiança e poder trabalhar com estes “sujeitos de investigação”. São necessárias muitas explicações, sobre nós e o nosso interesse por determinado assunto/acontecimento, sobre a nossa investigação e o que já sabemos, se “-*Não será melhor investigar noutro sítio?*”. Após muita insistência, lá se consegue entrar num círculo de pessoas. É neste momento que alguém nos apresenta a outros como “*esta amiga*”. Expressão simpaticamente ambígua, que significa que apesar de não sermos militantes do partido, somos alguém em quem se pode confiar. Foi assim que entrei no meu terreno de investigação na Baixa-da-Banheira: através de uma mulher que conheci no Alentejo e que me adotou como “*amiga*”, tomou conta de mim e fez-me entrar no círculo de militantes do PCP naquela freguesia.

Aí conheci um grupo de mulheres, militantes, que me marcaram e que tinham algo em comum com o meu tio Zé. Vimo-nos pela primeira vez durante um trabalho de campo na aldeia dos Aivados (concelho de Castro Verde). Elas eram todas naturais dessa aldeia mas, tal como muitos alentejanos, tinham migrado para a margem Sul e residiam na Baixa-da-Banheira. Os maridos tinham sido operários-desempregados-pré-reformados da Lisnave. As famílias tinham atravessado, na década de '80, a crise daquela empresa, vários anos com salários em atraso. Quem sobreviveu (houve muitos suicídios) tinha ficado com as marcas: desânimo, sentimento de impotência, apatia, maleitas físicas várias... E agora, aquelas mulheres eram dominantes, tomavam iniciativas, decisões, executavam, davam ordens.

Conheci as suas histórias de vida e surpreendi-me: a maioria delas tinha abandonado a escola muito cedo (mal sabiam escrever os respetivos nomes), depois frequentaram os cursos de alfabetização para adultos, mas eram capazes de planear, organizar e levar adiante um almoço para mais de 500 pessoas, com tudo o que isso implica (planificar compras e quantidades, gerir um orçamento, etc.). A realidade é que para sobreviver à crise, estas donas-de-casa haviam-se transformado em empresárias de eventos (casamentos, batizados, etc.), empresárias da indústria têxtil (criaram uma cooperativa de produção de fatos de treino), comerciais e vendedoras ambulantes (para escoar os seus produtos), administradoras de cooperativas. Quando lhes perguntei onde e como tinham aprendido a fazer todas essas coisas, obtive uma resposta inusitada: "*A menina Inês não conhece o MDM da Baixa-da-Banheira?*". E então, explicaram-me como através desta organização feminista ligada ao PCP tinham podido organizar-se coletivamente, trocado experiências com outras organizações e aprendido juntas. Tinham recebido e dado ajudas várias. Fizeram com as suas mãos, ganharam o saber-fazer necessário para uma multiplicidade de coisas. Sobretudo, ganharam dignidade!

*Inês Fonseca*  
(antropóloga)



## FRANCISCO MARTINS RODRIGUES E A RUPTURA COM O PCP

A 3 de Janeiro de 1960, Francisco Martins Rodrigues evadiu-se de Peniche, na célebre fuga levada a cabo por Álvaro Cunhal e outros dirigentes do PCP. Após a captura de Francisco Miguel, um dos foragidos, foi decidida a ida de Cunhal para a União Soviética e o resguardo dos restantes. Martins Rodrigues permaneceu quase um ano numa tipografia em Carnide em ambiente de estrita clausura. (...) Entre 1960 e 1964, redigiu uma série de cartas ao CC que no conjunto reflectiam a cisão em curso no movimento comunista internacional provocada pelo conflito sino-soviético, cujos contornos lhe chegavam, desde logo, pela audição em onda curta da Rádio Pequim. Nessas cartas apontava a insuficiência da crítica ao «desvio oportunista» e indicava a necessidade de uma revisão total da linha anterior do partido que propunha a unidade com a burguesia liberal e o abandono da «aliança operário-camponesa». (...)

O sentido dessas ideias seria mais tarde sistematizado no texto *Luta Pacífica e Luta Armada no nosso Movimento*. Aqui, Martins Rodrigues estabelecia a base da divergência em três questões: «a via para o levantamento nacional e a questão da luta armada; a direcção proletária da nossa revolução e a política da unidade nacional anti-fascista; a linha do movimento comunista internacional e a luta contra o imperialismo e o revisionismo»<sup>1</sup>.

O texto dedicava pouco espaço à abordagem desta última questão, ainda que as teses sobre a luta armada e a política de classes estivessem alinhadas com o núcleo das divergências entre a União Soviética e a China. Na análise de Francisco Martins Rodrigues, a característica fundamental da nova fase de combate em Portugal consistia no aparecimento da «acção armada como forma de luta que tenderá a tornar-se cada vez mais determinante». Para isso contribuiriam o ciclo de revoluções de libertação nacional nas colónias, auxílio precioso na batalha contra o fascismo, e que exigiria «combater intransigentemente o chauvinismo entre as massas», impulsionando a «solidariedade actuante» com os povos das colónias. Por outro lado, «a guerra colonial, o

1) [Francisco Martins Rodrigues] (1970), *Luta Pacífica e Luta Armada no nosso Movimento*. S.l.: *Edições do Partido*, p. 3.

aumento da miséria das grandes massas proletárias e camponesas e o recrudescimento da opressão fascista» haviam dado origem a «formas superiores de luta». Martins Rodrigues considera o Golpe de Beja como «a primeira acção armada de cunho popular de ofensiva contra a ditadura decadente», assegurando que a partir daí «a corrente revolucionária separou-se definitivamente da corrente reformista»<sup>2</sup>.

Valendo-se da autoridade de Lenine, Martins Rodrigues questiona o facto de o partido ter publicado *Esquerdisimo, doença infantil do comunismo*, quando poderia ter optado pela divulgação de *Duas Tácticas*, obra na qual o revolucionário russo afirmava a necessidade dos «sindicatos e organizações legais» mas também da «insurreição armada»<sup>3</sup>. Definindo o PCP como uma «deturpação pacifista do leninismo», censura-o por considerar que o proletariado deve conduzir lutas pacíficas, procurando o partido conquistar o exército através de uma organização secreta destinada a impulsionar um pronunciamento militar. Em linha diferente, o texto propunha a criação de «destacamentos de combate como aplicação do marxismo-leninismo às condições nacionais», condição decisiva para o encaminhamento das «massas para a insurreição nacional»<sup>4</sup>.

Martins Rodrigues entendia então o salazarismo, não como uma anomalia histórica, mas como uma articulação de vários interesses de classe, no seio dos quais existiam contradições, mas não um antagonismo fundamental. Esta lógica deslocava a tónica da perniciosidade do regime de Salazar para o colonialismo, que os próprios republicanos haviam mantido intocável, e para o capitalismo, a efectiva base da exploração colonial. Deste modo, criticava-se a «revolução democrática e nacional» do PCP por assentar numa ampla base social obtida através da «unidade de todos os portugueses honrados» que consistia – segundo uma expressão usada poucos meses depois pelo autor – na fabricação de um «movimento anti-colonialista comum ao proletariado e à burguesia»<sup>5</sup>.

(...) Em Dezembro de 1963, foi expulso do partido. No mês seguinte, uma circular do CC analisou a expulsão, motivada por «incompreensões» e «desrespeito dos princípios do centralismo democrático», considerando que Martins Rodrigues espalhara «algumas ideias entre camaradas

2) *Ibidem*, pp. 5-9.

3) *Ibidem*, p. 17.

4) *Ibidem*, pp. 29-30.

5) «Os comunistas e a questão colonial», *Revolução Popular*, n.º 6, Dezembro de 1965. Uma breve mas detalhada comunicação sobre os escritos de Francisco Martins Rodrigues nesta fase foi feita por Ricardo Noronha no Congresso Internacional Karl Marx, decorrido entre 14 e 16 de Novembro de 2008, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Ricardo Noronha, *Lenine em Portugal: a corrente marxista-leninista e os escritos do «Camarada Campos»*. <<http://www.comunistas.info/?no=7000;ano=2008;mes=12;i=456>>, Acedido a 20/11/2009.

6) CC do PCP, «Aos Militantes do Partido», Janeiro de 1964.

7) José Pacheco Pereira (2008), «O Um Dividiu-se em Dois». Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965). Lisboa: Alêtheia Editores, pp. 165-166.

8) Carta de «Campos» ao CC do PCP, 10/03/1964, in «Dez anos de Luta», Unidade e Luta, n.º 5, Janeiro de 1972.

9) Segundo João Paulo Martins e Rui Loureiro, a sua formalização deu-se somente a 3 de Janeiro de 1965. João Paulo Martins e Rui Loureiro (1980), «A extrema-esquerda em Portugal (1960-1974). I. Os marxistas-leninistas e os trotskistas», História, n.º 17, p. 10.

10) «O abandono da aliança operário-camponesa», Revolução Popular, n.º 1, Outubro de 1964; «Luta de classes ou “unidade de todos os portugueses honrados”», Revolução Popular – Uma experiência actual», Revolução Popular, n.º 5, Julho de 1965.

11) Cf. «O Reforçamento do Movimento Comunista Internacional» e «Como surgiu a “passagem pacífica ao socialismo”» (n.º 1); «Classes Antagónicas e Luta de Classes na União Soviética» (n.º 2); «O revisionismo põe em perigo as conquistas revolucionárias dos povos e a paz mundial» e «Mao Tsé-Tung: levar a revolução até ao fim» (n.º 3); «O movimento marxista-leninista no mundo» e «O revisionismo desmascara-se diariamente» (n.º 4); «O movimento marxista-leninista no mundo» (n.º 5); «“Revolução Popular” na imprensa marxista-leninista» e «Para um estilo bolchevique» (n.º 6).

que controlava ou com quem estava em contacto»<sup>6</sup>. (...) Entretanto, a Frente de Acção Popular (FAP) havia sido criada nos primeiros meses de 1964. O documento inicial – «O caminho da insurreição anti-fascista e da liberdade», assinado pela Frente de Acção Popular Anti-Fascista – tem a data de 1 de Janeiro de 1964. Segundo José Pacheco Pereira, o grupo nasceu efectivamente em Março, tendo esses primeiros meses do ano sido passados a tentar convencer pessoas do PCP a integrarem a FAP. O facto de «Campos» ainda redigir cartas ao CC do PCP em Março de 1964 parece corroborar esta leitura<sup>7</sup>. Demonstrando alguma expectativa quanto ao evoluir do PCP, Martins Rodrigues escrevia nesse mês que «mais cedo ou mais tarde o Comité Central será forçado a rever as suas posições e a criticar as posições oportunistas»<sup>8</sup>. Isso explica que se tenha optado primeiro por criar a «frente» (a FAP) e só depois o embrião do partido, o Comité Marxista-Leninista Português (CMLP). (...)

Em Abril de 1964, foi então criado o CMLP, embrião de um futuro partido comunista reconstruído<sup>9</sup>. Passou a editar-se o órgão Revolução Popular, no qual se publicam, entre Outubro de 1964 e Dezembro de 1965, alguns dos textos fundamentais para a definição ideológica do movimento m-l. No essencial, os tópicos centravam-se nas temáticas já avançadas em Luta Pacífica e Luta Armada no nosso Movimento: a necessidade de constituição de uma força popular armada, capaz de conduzir a insurreição; a defesa da hegemonia do proletariado na revolução, e a crítica à política de alianças de classe proposta pelo PCP<sup>10</sup>. Nas páginas do jornal já é notório o alinhamento com o Partido do Trabalho da Albânia e com o Partido Comunista Chinês na dissensão que então atravessava o movimento comunista internacional<sup>11</sup>. (...)

Apesar de ter sido praticamente desmantelada pela PIDE no interior do país, a FAP/CMLP elaborou um importante património que viria a servir de substrato ideológico aos grupos «marxistas-leninistas» que se lhe seguiram. Mesmo quando não eram referidas explicitamente, as teses de Martins Rodrigues auxiliaram decisivamente a construção de um campo teórico diferenciado do PCP.

Excertos de: Miguel Cardina (2011), Margem de Certa Maneira. O Maoísmo em Portugal. 1964-1974. Lisboa: Tinta-da-China, pp.

35-51.

# FRANCISCO MARTINS RODRIGUES: TRAJECTÓRIA E EFEITOS DE UMA DISSIDÊNCIA

Quando há uns anos me referia entre epígrafe e dedicatória “Aos homens e mulheres livres, cuja entrega desinteressada e corajosa foi rasgo de águia e nunca significou embotamento crítico”<sup>1</sup>, era principalmente em Francisco Martins Rodrigues que estava a pensar. A sua trajectória como militante e dirigente comunista até ao momento em que por finais de 1963 rompeu com o PCP, como depois e até ao fim da sua vida, traduzem-no bem.

Mas, o seu percurso torna-se excepcional quando no regresso a Paris, depois da reunião do Comité Central do PCP realizada em Agosto de 1963 em Moscovo, decide romper com o partido, o que constituiu um processo de diferenciação fundamental no campo político do comunismo em Portugal.

Esse processo de diferenciação operou-se, como se sabe, na base de um conjunto de pressupostos, sobretudo políticos, que se plasmaram no documento *Luta Pacífica e luta armada nosso movimento*, de Dezembro daquele ano, ainda com um pé dentro e outro fora do Partido Comunista, e que seriam rectificadas e aprofundadas em 1964 e 1965 num conjunto notável de artigos nas páginas do *Revolução Popular*, o órgão do CMLP, que influenciaram várias gerações de militantes que se reclamavam do pensamento “marxista-leninista”.

## 1.

Francisco Martins Rodrigues percorreu um caminho comum a muitos jovens da sua geração que desde muito cedo abraçaram a luta anti-fascista. Numa nota autobiográfica evoca como tendências políticas familiares “(...) um antifascismo e (...) um radicalismo pequeno burguês, individualista, desligado da classe operária, mas simpatizante com a causa do socialismo”<sup>2</sup>.

Trata-se de um posicionamento que se enquadra no processo de esquerdização da pequena burguesia de extracção republicana ocorrida sob Ditadura Militar que, incon-

1) João Madeira, História do PCP, Lisboa, Tinta da China, p. 9

2) IANTT, PIDE-DGS, Proc. 212/GT, Pasta 23, Nota biográfica, dact., p. 7

formada com a evolução fascizante do país e ambicionando resgatar à esquerda a tradição combatente do republicanismo, se aproximaram, mesmo que de modo difuso e limitado, das ideias socialistas.

Na conjuntura da guerra e do segundo pós-guerra, a imagem e o prestígio da União Soviética no quadro da grande aliança internacional que combateu e derrotou o nazi-fascismo atraiu para a órbita do Partido Comunista Português, sobretudo os filhos dessa geração.

Francisco Martins cresceu, evoluindo numa consciência antifascista fortemente ancorada de simpatia com a União Soviética e o comunismo. Daí ao MUD Juvenil foi um passo, “escola” e alfofre de futuros quadros e dirigentes do Partido Comunista. Foi nesse ambiente de enfrentamento com as forças repressivas, ousando afirmar a legalidade do Movimento, que se caldeou como militante antifascista. Preso em 1948 e 1950, no ano seguinte passa a dedicar-se a tempo inteiro ao MUDJ, ascende à sua Comissão Central e é recrutado para o PCP.

## 2.

Referenciado pela polícia, após duas prisões no ano de 1952, torna-se no ano seguinte funcionário clandestino do PCP. Nesses anos, até 1957, quando volta a ser preso, vivencia a evolução do desvio de direita, sob a égide do XX Congresso do PCUS. Por outro lado, vive, sob ditadura, a sobrevalorização de uma cultura de aparelho, baseada num rigoroso sistema de regras de conduta e procedimentos de defesa do partido, condição para a sua sobrevivência face à repressão policial.

É neste contexto que vai progressivamente sinalizando aspectos de orientação política em que não se revia – baixo nível político e ideológico fundado na ausência de debate interno, aceitação passiva de tudo o que emanava dos escalões superiores, a aprendizagem da clandestinidade com os seus controladores, o respeito pelos quadros e dirigentes mais o marcaram pela positiva, mesmo que nem sempre concordando, mas também a frustração do diálogo quando colocava questões a exigirem maior reflexão crítica. Porém, sem valorizar nem sistematizar ainda esses aspectos.

As duas longas conversas que mantive com Francisco Martins Rodrigues em 1997 numa sala exígua onde funcionava a redacção do jornal *Política Operária*, como, uns bons anos depois, nos depoimentos e memórias suas, publicados em 2008 e 2009<sup>3</sup> foram pautadas por muitas destas referências e reflexões, que constituíam a rememoração dos aspectos centrais do seu percurso político e ideológico. Como referiria: “A minha ruptura com as águas mornas do PC não se fez num dia nem num mês. Foram pequenos incidentes, por vezes de aparência insignificante, que se foram somando até dar uma explosão na cabeça”.<sup>4</sup>

### 3.

A sua prisão, em 1957 foi decisiva no caminho de percepção e aprofundamento dessas reflexões, muito estimuladas pelo convívio com Francisco Miguel na tão referida Sala 3 da prisão do Aljube, onde o convívio e o relacionamento informal entre presos políticos de várias gerações, histórias de vida e experiências políticas fazia daquele espaço, uma verdadeira “escola” de quadros. Transferido depois para o forte de Peniche, a rigidez do regime de isolamento penitenciário no terceiro piso do Pavilhão C, onde estavam os principais dirigentes do PCP, apenas permitia contactos limitados e conversas fugazes com os restantes presos, propiciaram uma grande reflexão sobre estas matérias.

Após a fuga colectiva de 10 dirigentes e quadros, incluindo Álvaro Cunhal que, para o efeito, o convidou, iniciou uma nova fase enquanto quadro do Partido Comunista. Foi em 1961 cooptado como membro suplente do Comité Central e, devido a uma enorme pressão policial que levou à prisão de vários dirigentes e obrigou à saída do país de Cunhal, ascenderia a membro efectivo do CC e à Comissão Executiva, o órgão mais importante no interior do país.

Nesses dois anos, amadureceu o posicionamento crítico em relação à orientação política do PCP. Partia da condenação do “desvio de direita”, que se desenvolvera sob a égide de Júlio Fogaça entre 1955-56 e 1959-60, mas distanciava-se do modo como Álvaro Cunhal empreendera e rectificara o processo de crítica e reorientação interna, que acusava de não ter rompido radicalmente com derivações antigas que subestimavam a direcção e independência da

3) Francisco Martins Rodrigues, *Os anos do silêncio*, Lisboa, Dinossauro/Abrente, 2008 e *História de uma vida*, Lisboa, Dinossauro/Abrente, 2009

4) Francisco Martins Rodrigues, *Os anos do silêncio...*, p. 41

classe operária, substituíam a aliança operária-camponesa por uma aliança com a burguesia liberal, desvalorizavam a via insurreccional no derrube do fascismo, permanecia manietada por uma tradição chauvinista que não afirmava com determinação a independência dos povos das colónias e que, sem debate, apoiara os soviéticos no dissídio com os chineses.

A sistematização destes pontos de vista num corpo de propostas políticas próprio, dotado de coerência e autonomia, fez-se progressivamente, através de um conjunto de cartas ao Comité Central, principalmente entre 1961 e 1964<sup>5</sup>.

5) *Documentos e papéis da clandestinidade e da prisão, Lisboa, Ela por ela/Abrente, 2015, pp 39-178*

Ainda que Martins Rodrigues tenha reconhecido múltiplas vezes a sua desilusão e a sua frustração face à imperturbável desvalorização desses documentos pelos órgãos executivos do Comité Central, esse acervo constitui, polarizado à esquerda, o mais importante contributo para a história da luta de ideias no interior do Partido Comunista Português.

Este aspecto é particularmente importante, quando a parca luta de ideias existente no seio do PCP, entre a refundação do partido em 1940-41 e a fuga de Peniche, se travou fundamentalmente entre as teses da unidade e do levantamento nacional de Álvaro Cunhal, por um lado, e a “Política de Transição” e o “desvio de direita”, sustentadas por Júlio Fogaça, com apoio de muitos, por outro, que, depois, confrontados com as críticas de Cunhal, mais ou menos rapidamente mudaram de posição.

Segundo Martins Rodrigues, “as divergências à esquerda é que eram inexistentes, ainda que tivessem existido entre militantes de base e até entre alguns funcionários que, de modo confuso, sentiam que nem tudo era satisfatório na linha do partido. Levantavam críticas que tinham razão de ser, mas acabavam por abandonar o partido e desistir da luta, porque não havia nenhuma estrutura onde se enquadrassem, vindo a ser classificados de renegados”<sup>6</sup>.

6) *Entrevista a Francisco Martins Rodrigues, Lisboa, 7 de Maio de 1997 (citação editada)*

Fundamentalmente a partir da campanha presidencial de Humberto Delgado assistia-se a uma radicalização por parte de sectores avançados da base do partido, enfrentando à pedrada as forças repressivas e reclamando acções mais duras contra o regime, aderindo à acção de assalto ao

quartel de Beja e pedindo inclusivamente armas, o que se verificaria também no 1º de Maio de 1962.

Em Outubro de 1962, um quadro intermédio do PCP envia ao Comité Central um relatório, onde afirma que com ou sem “desvio de direita” o partido puxou sempre para trás, argumentando com a falta de condições objectivas, mas também de organização, havendo elementos mais radicalizados que, em consequência, recusavam aderir, afirmando “*Lá organizado não quero, [mas] quando chegar a hora de pegar numa metralhadora, contem comigo*” ou “*Já oiço falar nisso há que tempos, isto só vai a tiro*”.

Do seu ponto de vista, o que efectivamente faltava era a perspectiva da insurreição – “*Eu não acredito, camaradas da Direcção, que vocês possam fazer grande coisa fechados numa casa, anos seguidos, subalimentados, sem ar nem sol, estiolando longe do convívio e da acção políticas. Acreditem, camaradas, essa vida (...) acaba por diminuir a vossa visão dos acontecimentos. Não sei como ‘se faz’ uma insurreição. Sei que em Portugal é preciso fazer uma...*”<sup>7</sup>

7) *Idem*, p. 7

A resposta que recebe é elucidativa: “*(...) há no escrito do n/cam. muito de espírito aventureiro, de golpismo, de oportunismo e seguidismo, enraizados na falta de confiança nas lutas de massas e de perspectivas para essa mesma luta. Por outro lado (...) há superficialidade e infantilidade em toda a análise que se faz, uma certa dose de irresponsabilidade*”<sup>8</sup>.

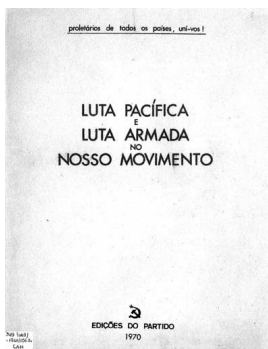
É neste contexto que Francisco Martins Rodrigues é incumbido pela Comissão Executiva de ir a Moscovo à reunião do Comité Central, onde poderia discutir as suas divergências e as suas propostas.

8) *Idem*, 8º vol., Mch, Sobre “*Considerações acerca da situação nacional*” de Duarte, Novembro de 1962, dact., p. 5, apenso a fls 530

#### 4.

A reunião representou uma total desilusão. Nem um único dos participantes, com excepção de Cunhal quis entrar verdadeiramente no debate, limitando-se a apoiá-lo. Isolado, embora sem ser formalmente destituído do CC, é-lhe determinado que se fixe em Paris, incumbido de controlar a organização do PCP em Paris, composta por trabalhadores emigrados e jovens, muitos deles desertores do exército colonial, iniciando rapidamente contactos paralelos com os que se revelavam mais radicais.





A intenção, a partir daí era já a de sair do Partido Comunista. Estabelece novas ligações, designadamente com a Argélia, onde funcionava a direcção da FPLN e onde se haviam instalado militantes em rotura individual com o partido, como Rui d’Espiney, e João Pulido Valente.

Abandona então as suas instalações, levando consigo a máquina de escrever, colecções de imprensa e alguns relatórios, razão por que viria a ser acusado de roubo. É com este “aparelho”, com um conjunto pequeno e disperso de militantes, sobretudo no exterior, sem quaisquer contactos ou canais com o país, que se opera, em três ou quatro meses, a “cisão” de Francisco Martins Rodrigues, alinhando-se com o lado chinês no dissídio no movimento comunista internacional, mas querendo sobretudo apoiar-se na forte pulsão radical no interior.

Acreditava que essa pulsão no interior era tão forte que bastariam uns documentos proclamatórios e umas cartas dirigidas para o interior para arrastar sectores importantes do partido. A situação estava, evidentemente, longe de ser essa. Todavia, apesar destas circunstâncias, Francisco Martins Rodrigues colocava-se historicamente na raiz do que haveria de ser a mais importante dissidência política, organizativa e em boa medida também ideológica, no Partido Comunista Português.

Será, evidentemente, expulso do PCP, logo que fora conhecido o abandono das suas instalações e a circulação em Paris do documento “Luta Pacífica e Luta Armada no nosso movimento”, camuflando as divergências políticas, mas acusando-o de deserção e roubo.

Nesse mês, Francisco Martins Rodrigues funda a FAP e em Abril cria o CMLP. Este compasso de espera no lançamento da nova organização marxista-leninista, conferindo primazia à organização frentista, reflecte expectativas ilusórias iniciais quanto à possibilidade de atrair no imediato sectores do partido, que julgava ser mais fácil operar através de uma organização antifascista, acreditando ainda numa capacidade regeneradora do PCP. É isso aliás que justifica que entre Janeiro e Março de 1964 ainda envie duas cartas ao CC do PCP, assinando como Campos, o pseudónimo que utilizava desde a fuga de Peniche.

No seio do PCP as pulsões mais radicais persistiam, sobretudo em sectores operários e estudantis, e eram tão fortes que a própria Comissão Executiva cedeu com a preparação de acções para o 1º de Maio de 1964 com recurso extenso a sabotagens, corte de vias de comunicação ou derube de postes de telecomunicações, que a repressão anularia e de que o Secretariado no exterior se demarcaria claramente: *“documentos publicados, manifestos e tarjetas, (...) confundem duas coisas completamente diferentes: a organização de acções especiais – que segundo foi definido pelo Comité Central, devem ser estudadas e organizadas em apoio estímulo às acções de massas, mas inteiramente separados delas – e a organização das próprias acções de massas que mesmo quando assumem aspectos violentos tem, na fase actual da revolução, um carácter pacífico”*<sup>9</sup>.

A questão da violência era assim reposta no lugar que lhe era atribuído na linha política do PCP, considerada como o principal factor desviante. Porém era por aí que passava, em crescentes sectores políticos e sociais, a linha de demarcação com o PCP. A via estava aberta e, desse ponto de vista, o contributo teórico de Francisco Martins Rodrigues continuaria a ser fundamental, mesmo fora da sua área de influência directa.

9) *Um erro de orientação, in Avante!, VI série, 342, número especial de Maio de 1964*

*João Madeira*

## O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS E A LUTA ARMADA

A 6 de Março de 2021 o Partido Comunista Português comemorou o seu centésimo aniversário. Comemorar cem anos é sempre um acontecimento que merece ser celebrado. Neste século de existência, o PCP destacou-se na luta clandestina contra a ditadura do Estado Novo e como partido indispensável na construção do regime democrático. Tendo-me dedicado ao estudo da violência política, o meu contributo é sobretudo uma reflexão sobre a questão do uso da violência armada por parte do PCP na luta contra a ditadura.

A orientação política do PCP definida no I Congresso Ilegal<sup>1</sup>, em 1943, preconizava a via do *levantamento nacional* para o derrube da ditadura e admitia a realização de ações armadas, desde que dirigidas pelo partido, num contexto de radicalização e intensificação da luta de massas que propiciasse um ambiente revolucionário. Assim, era defendida a intensificação e generalização das lutas de massas, sob a direção do partido, até que estas se convertessem numa espécie de greve geral insurrecional que, pela ação das armas, desagregasse as Forças Armadas e suscitasse a intervenção de um setor das Forças Armadas, que entretanto se tinha radicalizado, derrubando o regime.

O PCP nunca abandonou esta linha política até ao 25 de abril de 1974. Porém, no quadro de crise que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, o papel da via da violência para derrubar a ditadura foi sempre secundarizado, com as oposições a apostar na via da transição pacífica e pactuada. E mesmo o PCP acabou por recuar. Na IV reunião alargada do Comité Central, realizada em agosto de 1955, ficou definido que era possível encontrar uma *solução pacífica para o problema político português* através da constituição de uma ampla unidade antislazarista. Foi com base nesta nova orientação que o PCP procurou formar uma plataforma de unidade para as eleições presidenciais de 1958.

A 3 de janeiro de 1960, Álvaro Cunhal e outros nove dirigentes e quadros comunistas fugiram da cadeia de Peniche. Só por si a fuga de uma prisão política constituía um enorme abalo para o regime, mais ainda quando entre os

1) *Este era o III Congresso do PCP desde a sua fundação, em 1921, mas era o primeiro na clandestinidade.*

evadidos se encontrava o principal dirigente do PCP, cinco membros do Comité Central e três militantes que ascenderiam a esse órgão nos anos imediatamente posteriores, e que se dispunham a voltar à luta clandestina.

Logo na reunião, de carácter extraordinário, do Comité Central de fevereiro de 1960, Álvaro Cunhal inicia a retificação da linha política do partido, criticando a linha da *solução pacífica*, que apelidou de *desvio de direita*. O processo de crítica ao desvio de direita ficará concluído um ano depois, na reunião do Comité Central de março de 1961, com a aprovação de um conjunto de documentos que enterraram a *via pacífica* e afirmaram o *levantamento nacional armado* como a via para derrubar o salazarismo. No entanto, Cunhal sabia que as suas críticas podiam ser vistas, no contexto internacional, como uma recusa da linha de coexistência pacífica, adotada pelo PCUS após o XX Congresso, por isso, não negou a possibilidade de a via para o socialismo poder ser pacífica, só que considerava que para o caso português esta via não era válida.

Entre 1963 e os primeiros meses de 1964, Álvaro Cunhal dedicou-se a preparar o documento *Rumo à Vitória*, que iria ser o seu mais importante contributo teórico e político à linha do PCP nos anos de clandestinidade. Este documento marcou todas as discussões no seio da oposição portuguesa até ao 25 de abril de 1974, e forneceu um quadro interpretativo da sequência de eventos que o partido considerava que se deviam seguir ao derrube da ditadura e que irá marcar o pós-25 de abril.

O *Rumo à Vitória* instituiu a *via do levantamento nacional*. Nestes anos (62-64) havia um sentimento, inclusive dentro do PCP, que o derrube do regime pressupunha algum tipo de violência. A direção do Partido Comunista estava atenta aos apelos dos pró-chineses no interior do partido, no meio estudantil e no exílio. Além disso, a Revolução Cubana era entendida por vários funcionários como uma necessidade de ação imediata e que muitos defendiam uma linha oposta à solução pacífica. Esta nova linha devia incluir qualquer forma de violência revolucionária. É a este apelo que o “*Rumo à Vitória*” pretende responder, não negando o uso da violência, mas moderando a sua urgência.

- 2) *Editorial: As nossas tarefas actuais*”, *Revolução Popular*, n.º 2, s.d
- 3) *CARDINA, Miguel*, 2011, *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal (1964-1974)*, Lisboa, *Tinta-da-China*, p. 42
- 4) *Entrevista Rui d’Espiney*, Setúbal, 10 de fevereiro de 2012



A questão da violência e a influência do dissídio sino-soviético levou à mais importante dissidência política, organizativa e ideológica no Partido Comunista Português durante a clandestinidade, a saída de Francisco Martins Rodrigues, que irá formar a FAP/CMLP, em 1964, a primeira organização marxista-leninista portuguesa.

A FAP tinha como principal objetivo preparar a passagem para a luta armada, preparando os seus militantes para a ação direta. Inicialmente, mantinham alguma expectativa ilusória na evolução das posições do PCP<sup>2</sup>, pelo que decidiram formar primeiro uma “frente antifascista” e só depois a organização “marxista-leninista”, a vanguarda, o que invertia no plano teórico a precedência do processo<sup>3</sup>. Havia núcleos da FAP na França, na Bélgica, na Suíça e na Argélia, contudo, a sua organização no interior estava praticamente circunscrita a núcleos estudantis e a raríssimos e débeis grupos de operários, principalmente na Margem Sul<sup>4</sup>.

Ainda que o Comité Marxista Leninista Português (CMLP) se tivesse sido formado em abril-maio de 64, na prática as duas organizações não se distinguiram, coincidindo organicamente. Para além da edição do jornal *Revolução Popular* e do *Ação Popular*, pela FAP, a direção do CMLP e o Secretariado da FAP confundiam-se na sua atividade.

A defesa da luta armada levou à primeira tentativa de realizar uma ação armada contra o aparelho repressivo do regime. No dia 5 de outubro de 1964 rebentava uma bomba em Lisboa, nos escritórios da *Sociedade Avenida Parque*, proprietária do Parque Mayer. O engenho deflagrou ainda durante o processo de montagem e destinava-se a ser colocado numa das viaturas da PSP estacionadas junto à esquadra daquela corporação na Rua do Arsenal, à entrada da Praça do Comércio. Rapidamente a PIDE prendeu Artur Gouveia, o responsável pela ação, e vários outros elementos da FAP, desmantelando a organização no interior. Este *revés* fez com que os três principais dirigentes da organização (Francisco Martins Rodrigues, Rui d’Espiney e João Pulido Valente) tivessem de regressar clandestinamente a Portugal para tentar reorganizar a FAP/CMLP. Acabaram por ser presos pela PIDE, depois de denunciados por um informador infiltrado, sendo babaramente torturados. Só voltaram à liberdade depois do 25 de abril de 1974.

As críticas de Francisco Martins Rodrigues à orientação política, tática e estratégica do PCP e as suas reflexões sobre a via para derrubar a ditadura ficaram plasmadas no documento *Luta pacífica e luta armada no nosso movimento*, um incontornável contributo teórico que influenciou várias gerações de militantes da esquerda radical portuguesa.

Por seu lado, o Partido Comunista começou ainda em 1964 a preparar um organismo vocacionado para a realização de ações armadas, inicialmente designado por “ações especiais”, que está na origem da ação Revolucionária Armada (ARA), em 1970. Desde essa altura, que o PCP tinha operacionais treinados para realizar ações armadas, tendo enviado alguns deles para a União Soviética e para Cuba para realizarem treino militar; tinha constituído paióis de armamento; tinha feito ações de reconhecimento de objetivos. Contudo, até 1970, o PCP teve de suspender várias vezes as atividades do organismo de ações especiais devido a prisões de militantes pela PIDE. A direção deste organismo será sempre da responsabilidade de membros



*Francisco Martins Rodrigues*

*Ataque da ARA à Base  
Aéra de Tancos*





5) Cf. “Comunicado Comum”, in *Avante!*, VI *se?rie*, 458, de outubro de 1973, pag. 4

destacados do Comité Central, com provas dadas na luta contra a ditadura e defensores da luta armada: Rogério de Carvalho, Ângelo Veloso, Francisco Miguel e Jaime Serra.

A ARA realizou a sua primeira ação armada a 26 de outubro de 1970, a sabotagem do Cunene, um navio de transporte de tropas atracado na doca marítima de Alcântara. A ARA realizou uma série de ações armadas até 1973, nas quais se destaca pela sua envergadura, capacidade de planeamento e danos infligidos ao regime, a sabotagem no Quartel de Tancos, na madrugada de 8 de março de 1971, que se saldou na destruição completa de 12 aeronaves. Em 1973, a ARA anunciava a suspensão das suas atividades, aludindo à união com as outras forças da oposição, nomeadamente com o Partido Socialista, para a disputa das eleições legislativas desse ano, o que permitiria abrir outras frentes de luta<sup>5</sup>. Ao mesmo tempo, este organismo tinha sofrido um duro golpe com a prisão de seis dos seus mais experimentados operacionais. Apesar da suspensão de atividades, a ARA manteve a sua estrutura operacional clandestina até ao 25 de abril de 1974.

O aparecimento da ARA foi uma exceção no contexto europeu. Nenhum outro partido comunista decidiu enveredar pela luta armada, mesmo o Partido Comunista Espanhol que estava em condições similares.

A questão da luta armada deu ainda origem a outra cisão dentro do PCP, em 1969, quando Carlos Antunes e Isabel do Carmo decidiram sair do partido para formar as Brigadas Revolucionárias (BR), que realizaram ações armadas até ao 25 de abril de 1974. Tanto a ARA como as BR tinham como alvos principais os aparelhos militares e repressivos da ditadura, procurando desta forma desgastar o regime, e tinham como especial preocupação não provocar mortos.

Por seu lado, as diversas organizações de esquerda radical que surgiram a partir de finais dos anos 60 defenderam sempre a luta armada mas não conseguiram efetuar ações.

Apesar de manter um setor armado durante cerca de dez anos, o Partido Comunista Português sempre secundarizou a questão da luta armada, dando preponderância à luta de massas ou à criação de uma frente antifascista com

outros setores da oposição. Contudo, isto não retira importância a esta questão, uma vez que ela foi a principal causa das duas principais dissidências dentro do partido na clandestinidade: a que deu origem à FAP/CMLP e a que resultou na constituição do PRP/BR. Além de ter sido a principal via de demarcação de setores políticos e sociais mais radicais que dinamizaram a luta contra a ditadura e a guerra colonial nos últimos anos da ditadura.

*Ana Sofia Ferreira*



*Ataque das Brigadas Revolucionárias ao quartel da Av. de Berna, Lisboa.*



## AS CASAS DO PARTIDO

*Quase todas lutadoras anónimas e esquecidas, as clandestinas dos anos 1940-50 enfrentaram corajosamente a ditadura. Sem elas o PCP não teria resistido inteiro às investidas da repressão*

Quando terminou a Segunda Guerra, a euforia antinazi, o prestígio da resistência antifascista e as lutas populares provocaram um afluxo anormal de aderentes aos partidos comunistas da Europa, que “incharam” de repente.

Em Portugal também se deu este fenómeno. O aparelho clandestino do PC foi reforçado com novos funcionários e tornou-se necessário aumentar o número de “casas do partido”.

Para possibilitar liberdade de movimentos sem levantar suspeitas da polícia ou dos vizinhos, era preciso dar-lhes toda a aparência de casas normais. Impunha-se pois fazer acompanhar esses militantes de mulheres (as chamadas “camaradas das casas do partido”) que, se não fossem esposas ou familiares, passariam por tal e prestar-lhes-iam o apoio e serviços necessários.

Essas mulheres nem sempre eram militantes, mas todas estavam ao corrente do que lhes seria exigido: manter a aparência de um agregado familiar, tratar da casa, ir às compras, cozinhar, lavar, passar a ferro, actuar com discrição e naturalidade e estar atenta aos sinais de perigo, sobretudo quando o “amigo” se ausentava e antes de ele se aproximar, no regresso a casa. Refira-se o caso exemplar de Maria Machado, funcionária da tipografia do *Avante* presa em Novembro de 1945 em Barqueiros, Alvaiázere, que permitiu a fuga dos dois companheiros (José Martins e Máximo Justino Alves), agitou a população com os seus protestos e, na prisão, resistiu a torturas da polícia política sem revelar nada que pusesse em perigo o aparelho do Partido.

Não se pense que a vida doméstica era coisa fácil de gerir. As “amigas”, com um orçamento reduzido ao mínimo possível e passando toda a espécie de dificuldades, tinham que ir todos os dias às compras e faziam tudo penosamente à mão (frigorífico e fogão a gás eram luxos da burguesia e ainda não havia máquinas de lavar roupa ou louça, aspi-



*Maria Machado*

radores, enceradoras, ou quaisquer outros electrodomésticos). Porque passavam muito tempo em quase reclusão, precisavam de grande força de ânimo para suportarem as condições da clandestinidade e a tensão permanente do perigo de caírem nas garras da polícia política.

Além disso, eram muitas vezes mulheres do povo, com fraca preparação política e pouca instrução, em cujas mãos se depositara essa tarefa vital para a segurança dos quadros. Como nem sempre encontravam dentro de si ou junto do “amigo” incentivo para se dedicarem ao estudo, era fácil considerarem que, se a parte política estava confiada ao homem, então elas não tinham mais que se ocupar, como lhes competia, dos aspectos práticos da sobrevivência quotidiana.

Na perspectiva do PC, era preciso vencer a resistência da inércia, convencer essas mulheres que podiam aprender mais qualquer coisa, discipliná-las para se porem a ler jornais e livros e recorrerem ao “amigo” para passar a ajudá-las nos trabalhos domésticos, esclarecê-las nas dúvidas que tivessem e transmitir-lhes parte dos seus conhecimentos. Esta abordagem, que hoje nos choca pelo seu paternalismo, era-o sem dúvida, mas não tanto quanto possa parecer. De facto, na sociedade portuguesa dos anos 40, as mulheres ocupavam uma posição muito mais submissa que hoje e esse estatuto era aceite sem grandes resistências por todos. Os comunistas, homens e mulheres, não estavam imunizados e muitas vezes comportavam-se a esse respeito como quaisquer outras pessoas, reproduzindo nas suas relações a divisão de tarefas considerada normal.

#### AS CLANDESTINAS E A FAMÍLIA

O caso mais frequente era viver um funcionário clandestino com uma companheira, que podia ser a mulher ou apenas a “amiga da casa”. Nesta última situação, como seria de esperar, dado o isolamento e as dificuldades de relacionamento exterior, acabavam muitas vezes por viver maritalmente, sobretudo se eram os dois solteiros, mas não só.

A norma dada a conhecer a todos os casais que passavam à clandestinidade era evitarem a todo o custo ter filhos, por causa das dificuldades acrescidas que isso acar-

retaria, não só para o casal em causa, sempre em perigo de prisão, mas para as actividades políticas e para as despesas do Partido.

No entanto, na época, as práticas anticonceptivas eram muito falíveis (a pílula e o DIU só apareceriam 10 e 20 anos mais tarde) e muitas vezes as próprias mulheres, e em certos casos o homem também, desejavam ter filhos e não se importavam grandemente se acontecesse uma gravidez.

A criança ainda pequena ficava ao cargo da mãe e, se esta fosse presa, acompanhava-a na cadeia. Quando já estivesse numa idade em que se tornava demasiado prejudicial ou difícil para ela manterem-na isolada, era entregue a algum familiar. Havia também a situação em que, antes da clandestinidade, já havia crianças, e aí elas eram quase sempre privadas da companhia dos pais. Assim, houve filhos de militantes que mal conheceram o pai em pequenos, ou ficaram longos anos separados da mãe. Como houve também situações em que, vivendo na clandestinidade por força das circunstâncias, essas crianças acabavam por participar plenamente no universo conspirativo, tendo de mudar de identidade quando mudavam de casa, e sujeitando-se à tensão de terem de estar vigilantes se alguém lhes fazia perguntas estranhas, não podendo contar nada do que se passava em casa de secreto, aprendendo a ler e a escrever com auxílio da mãe, sem poder ir à escola; e, no caso de serem conhecidos da pida, não podendo brincar na rua, gritar ou assomar à janela para não despertar a atenção dos vizinhos.

## 2º CONGRESSO: “ABERTURA” PARA AS MULHERES

No 2º Congresso Ilegal, a questão da organização das mulheres revelou-se um dos temas que agitou mais a discussão, “porque alguns dos camaradas presentes teimavam em não reconhecer a sua própria subestimação e incompreensão sobre este problema”.

Como causas da deficiente organização das mulheres apontaram-se “os preconceitos burgueses de superioridade do sexo forte, que penetram nas próprias classes trabalhadoras e nas próprias fileiras do Partido. Por conseguinte, o Congresso decidiu integrar “as mulheres que vêm ao Par-



tido nas “organizações partidárias do respectivo sector”, em células mistas (excepto nas fábricas de mão-de-obra exclusivamente feminina), ou organismos de Unidade mistos, como “escola revolucionária para as mulheres e um bom ambiente para a selecção e recrutamento de mulheres”, com um intenso auxílio político às camaradas” para poderem participar em todos os escalões de direcção do Partido.

Além disso, determinava o Congresso a discussão obrigatória, em todas as organizações partidárias, sobre a forma de atrair as mulheres à luta e ao Partido. Esta preocupação do congresso com o problema feminino prendia-se com a recente participação maciça e inesperada das mulheres nas greves de 1943-44. Os dirigentes reconheciam a necessidade de aproveitar melhor esse potencial revolucionário e, pela primeira vez, consideravam a sua integração plena na actividade das células.

Foi também decidido que as clandestinas podiam assistir a todas as reuniões que se efectuassem na casa, podendo participar em tudo menos nas questões conspirativas. Várias saudaram essa medida como uma forma de se sentirem menos isoladas, mais capazes de acompanhar a evolução partidária e a situação política.

#### AS COMUNISTAS E O MACHISMO

O nº 6 do 3 *Páginas* (“órgão das Casas do Partido”) tem um suplemento intitulado “Como Lenine falava do problema sexual”, com uma introdução censurando os “amigos e amigas” que se entregam a relações sexuais passageiras. E reproduz depois o conhecido texto de Lenine — que hoje nos parece conservador e machista — em polémica com Clara Zetkin, no qual ele critica a célebre “teoria do copo de água”: “Eu assumo que a sede deve ser apagada. Mas um homem-normal, em condições normais, irá tomar a água de um charco imundo para matar a sede? Ou beberá de um copo cujos bordos estivessem sujos por dezenas de outros lábios?” (...) “Sendo comunista como sou, não tenho nenhuma simpatia pela teoria do “copo de água”, ainda que tenha a etiqueta de ‘amor livre’”.

Era neste sentido, considerado essencial para uma boa moral comunista, que apontavam as recomendações

EDITORIAL

Do novo trabalho do...
Vozes de mulheres...
A voz das camaradas...



O CONGRESSO mundial das mulheres

Realizou-se em Helsinquia (Finlândia), de 14-17 de Junho de 1949, o Congresso Mundial das Mulheres...
Participaram 20 delegações portuguesas...

SOFIA FERREIRA INTERVISTA NO CONGRESSO
Menciono as mesmas palavras...
A mulher portuguesa...

do Partido. Mas a força das circunstâncias da clandestinidade — anómalas por natureza — tornavam a realidade bem diferente. As relações amorosas dificilmente se mantinham estáveis numa vida tão imprevisível e acidentada. Às vezes criavam-se situações desagradáveis ou ambíguas. No entanto, nada permite concluir que houvesse promiscuidade. Os casos de abuso sexual de controladores sobre controladas foram tão raros que só um caso grave ficou conhecido.

A militante Joaquina, escrevendo no nº 7 do 3 Páginas, dá-nos um vislumbre das contradições que se geravam no Partido por razões sexistas: “Considero que só agora o Partido abriu de facto as suas portas a estas pobres de Cristo que estavam cansadas de bater. Mas, sejamos justos, também só agora o barulho que fizeram foi suficiente para ser ouvido. Agora pode a mulher comunista trabalhar conscientemente sem perigo de cair em qualquer extremo, como até frequentemente acontecia: ou se tornavam exageradamente feministas, considerando-se superiores aos seus camaradas, não querendo aceitar deles o menor auxílio, prejudicando o seu trabalho para não quebrar a “dignidade feminina” ou, perante o isolamento a que eram votadas, reagiam ao contrário das primeiras e criavam um complexo de inferioridade perante os seus camaradas.”

Em diversas cartas, as camaradas queixam-se de que o “amigo” não tem tempo nem disposição para as ajudar ou ensinar. Há referências a “ares superiores” e “espírito autoritário”, “má compreensão”, mau ambiente nas casas, etc.

Mas não se julgue que o comportamento do típico funcionário era equiparável ao do homem vulgar. Apesar de tudo, tinham noções sobre igualdade das mulheres e o próprio facto de serem grande parte da sua segurança nas mãos das camaradas já indicava uma atitude de certo modo pouco comum. Como dizia a militante Olívia no 3 Páginas de Janeiro de 1949: “Eles eram diferentes dos outros homens; quando falavam connosco não falavam de coisas fúteis, mas sim dos nossos problemas, no pouco salário, nas condições de trabalho, etc.”

## PORQUE ADERIAM AS MULHERES AO PARTIDO?

Em certas casas dos meios proletários da Margem Sul de Lisboa, ou dos campos do Alentejo, se alguém adería ao Partido ou passava à clandestinidade para militar a tempo inteiro, o facto era motivo de orgulho para familiares e amigos. Às vezes seguia-se uma tradição que já vinha dos pais (republicanos, anarco-sindicalistas, comunistas ou simplesmente grevistas). Assim, famílias inteiras deram vários dos seus membros à clandestinidade.

No caso particular das mulheres, essa passagem a uma nova vida era ainda mais decisiva, porque exigia maior esforço de se libertarem de forças atávicas e patriarcais, porque lhes conferia uma consideração que não encontravam socialmente, porque passavam a ser alvo de menos reprovação e até de mais apoio, não só dos camaradas do Partido como da família.

O caso de Faustina Candeias é paradigmático: camponesa, tinha 16 anos quando o pai, comunista, foi preso. Já casada, procura na sua aldeia uma pessoa que lhe pareceu que devia pertencer ao Partido Comunista. Pede para ser aceite como membro e recruta o marido.

Essas mulheres sabiam que estavam a optar por uma vida dura, de perigo constante mas, mais que isso, prevalecia a consciência de classe, o ódio à exploração e ao fascismo, a gratificação de se verem integradas num colectivo com elevados ideais políticos, em que os seus actos, por mais simples e humildes, teriam muito mais significado e seriam justamente apreciados.

Havia outras motivações, às vezes bem mais prosaicas: a pequeno-burguesa que namorava o jovem comunista cujo ardor revolucionário a fascinava podia ver-se de repente perante a opção de casar à pressa para o seguir na clandestinidade, como convinha, por razões de respeitabilidade e defesa conspirativa. Mesmo nestes casos, a estrutura partidária era suficientemente sólida para absorver as contradições e o mal-estar que podia instalar-se diante das provações concretas e inesperadas.

Para todas elas, contudo, estava reservada a mesma tensão permanente de poderem ser presas a qualquer momento e terem de enfrentar a polícia com bom porte. A vida alternava entre esses períodos de alerta, em liberdade restrita, e a cadeia propriamente dita, com os inevitáveis anos de pena. Eram incidentes previstos de antemão, como fenómenos inerentes à clandestinidade.

À subjectividade das críticas ao “carácter estalinista” da clandestinidade do PCP revela uma parcialidade historicamente injusta. Foi o PCP que criou este sistema, é certo. Mas foi a polícia política que tornou imperiosa a sua existência. Queira-se ou não, cabe exclusivamente ao salazarismo e às forças repressivas o ónus dos padecimentos dos antifascistas. Por mais análises que se façam, o odioso recai fatalmente sobre o regime e a Pide.

Numa avaliação global, sabe-se hoje que o sistema de defesa do PCP contra a repressão esteve longe de ser um mar de rosas. Os golpes da repressão produziram um saldo pesado de prisões, tortura, mortes, abandonos e traições. A clandestinidade trucidou irremediavelmente certos destinos, traumatizou de forma dramática certas personalidades. Curiosamente, contra essa “máquina implacável” se levantam às vezes alguns dos opositores do Partido, como se a responsabilidade dessas tragédias coubesse aos comunistas e não à polícia. É preciso reconhecer com frieza que esse foi o método possível. Uma outra maneira de desenvolver uma actividade política consistente contra o Estado Novo pressuporia a existência de um outro PC, mais aguerrido, que não estivesse tão espartilhado na lógica de que era necessária uma muito longa preparação para resistir ao fascismo, com outra ousadia.

Mas esse partido irreal não existiu. E fora deste, qualquer resistência foi tão débil e inconsequente que nem merece referência. Os que se querem desculpar de não terem estado na primeira linha chegam ao extremo de procurarem ilibar o próprio salazarismo, atirando para cima da única formação política que com eficácia lhe fez frente a responsabilidade dos efeitos da repressão!

Quanto ao papel da mulher clandestina, ele não podia ser muito diferente. Não só por falta de instrução e preparação política, não só pela conjugação do espírito machista dos homens com a propensão à submissão das mulheres, mas também porque as condições objectivas não permitiam outra forma de utilização dessas militantes. Foi assim que, pela sua parte, elas conseguiram dar expressão à recusa de sectores avançados do povo de se submeterem à ditadura. Só temos que lhes agradecer por isso.

*Ana Barradas*  
*Novembro de 1994*

# OS PRIMÓRDIOS DO PARTIDO COMUNISTA

Em Portugal, ao contrário do Europa, o Partido Comunista não teve a sua origem na cisão da II Internacional motivada pelo apoio dos partidos social-democratas às suas burguesias nacionais, ao eclodir a I Guerra Mundial.

Para a sua constituição vão ser determinantes dois acontecimentos:

- 1 - O incremento das lutas dos trabalhadores após o derrube da monarquia, que irão conhecer picos pré-insurreccionais entre 1916 e 1925.
- 2 - A revolução Russa, que lhes surge como um exemplo prático susceptível de ultrapassar o beco sem saída a que os tinha conduzido o sindicalismo revolucionário, limitado à esfera económica e alérgico à política.

## O CLIMA SOCIAL

Com o fim da monarquia os trabalhadores, profundamente influenciados pelos ideais anarco-sindicalistas, multiplicam os seus sindicatos e obrigam a republica a reconhecer-lhes o direito à greve, em 1912, ainda que com limitações. Nesse mesmo ano o proletariado agrícola de Évora entra em greve. Fortemente reprimidos, a indignação desperta a solidariedade. A greve alastra à construção civil e a empregados de outros sectores, ao Porto e a Lisboa. Por ter apelado à greve geral de solidariedade a Casa Sindical, em Lisboa, é cercada por tropas armadas de artilharia, encerrada, e cerca de 700 sindicalistas presos. Na Moita o administrador do concelho é morto pelos camponeses, depois de sofrerem uma carga policial. Em Almada é declarado o estado de sítio, há fábricas incendiadas e assaltam-se quintas em busca de comida. Após semanas de greve, o governo cede e liberta os sindicalistas presos.

Até 1923, com altos e baixos, vai ser este o ambiente social. É um período marcado por lutas grevistas de grande envergadura, primeiro contra as rendas de casa e, com a entrada de Portugal na guerra mundial, contra a carestia de vida e a guerra. Violentemente reprimidos (mortes em







confrontos, fuzilamentos de grevistas, prisões às centenas, deportações para África), o movimento operário não dobra. Ao contrário irá radicalizar-se e organizar-se, tirando lições dos seus processos de luta, levando ao aparecimento sucessivo da UON - União Operária Nacional em 1913, da CGT - Confederação Geral do Trabalho em 1917 e por fim do PCP em 1921. O que traduz uma aprendizagem do operariado e a sua procura de meios cada vez mais eficazes de luta e de soluções capazes de superar as limitações do anarco-sindicalismo. Daí que as notícias que lhes chegam da Rússia, onde os trabalhadores tomaram o poder, comecem a exercer sobre eles um natural fascínio e um grande poder de atracção. Não estava ali um exemplo prático de como se pode ultrapassar o impasse e derrubar o poder burguês?

#### OS LIMITES DO SINDICALISMO EVOLUCIONÁRIO

A entrada de Portugal na guerra irá ter consequências desastrosas para as condições de vida dos trabalhadores - com a produção virada para a satisfação do esforço de guerra, faltam géneros, os produtos são açambarcados e vendidos no mercado negro, os transportes desorganizam-se e a corrupção alastra, tal como a fuga de capitais.

Principalmente a partir de 1916, os trabalhadores começam a realizar greves sucessivas por aumentos salariais, que são rapidamente “comidos” pela inflação. São greves de grande violência, que duram dias e semanas, em Lisboa e Margem Sul, Porto, Alentejo e Algarve e a alastrar para o Norte do país, a que invariavelmente, em resultado da repressão, se seguem greves de solidariedade que rapidamente alastram a outros sectores, paralisando Lisboa, Porto e outras regiões, para obrigar o governo a recuar e a libertar os trabalhadores e os sindicalistas presos. O que muitas vezes conseguem.

Esta situação, de estarem sempre a voltar à mesma luta para repor os salários devorados pela inflação evidencia os limites da luta económica e do sindicalismo aos olhos de muitos militantes anarco-sindicalistas. Lutam muito, conseguem ver as suas reivindicações económicas satisfeitas, fazer a repressão do governo recuar em muitos casos mas, passadas semanas tudo volta à primeira forma. É nes-

te quadro que surge a ideia da Greve Geral Nacional de 1918, algo que já vinha a germinar desde 1916. Uma greve contra a carestia com que pretendiam tanto ultrapassar o impasse causado pelas sucessivas greves sectoriais, apoiar as sectores profissionais mais débeis e desorganizados, como ao mesmo tempo, dar corpo a um programa de luta com as principais exigências operárias. A greve, apesar de bem organizada e combativa virá a saldar-se por um fracasso, sendo só parcialmente seguida e ferozmente reprimida. O ditador Sidónio Pais, responsável pela repressão, será assassinado um mês depois.



***A Greve Geral Nacional de 1918** - A ideia de convocar uma greve geral nacional contra a carestia pretendeu ser a resposta do sindicalismo revolucionário ao beco sem saída a que tinham conduzido as greves económicas. E também surge em resultado da não satisfação das reivindicações operárias pela ditadura sidonista, que respondeu com repressão, e na qual a CGT depositava algumas esperanças (saída da guerra, o golpe ter sido feito contra a democracia, por militares e não por políticos). A organização da Greve Geral Nacional começa na Primavera de 1918, com uma sucessão de comícios, que deveriam atingir o seu ponto alto de mobilização em Setembro. A proibição desses comícios e da manifestação de protesto precipita as coisas, levando à convocação da greve para 18 de Novembro. O país é atravessado por uma onda de agitação, centrada principalmente no Alentejo, Algarve e cintura industrial de Lisboa. São centenas de reuniões e sessões, muitas vezes interrompidas pela polícia e por fuzilamentos (Montemor-o-Novo e Alpiarça), que em vez de desmobilizarem os trabalhadores os levam a aderir.*

*A greve vai fracassar por duas ordens de razões: o fim da guerra, que cria a convicção que vai ser possível ao governo atender as reivindicações dos trabalhadores, e o surto de "pneumónica", que os dizima aos milhares; as divisões entre os sindicalistas que querem uma greve unitária e com o único objectivo de pressionar o governo, e os que a querem insurreccional. No primeiro grupo estão as cúpulas sindicais e os sindicalistas do Norte; no segundo, as organizações e as bases operárias de Lisboa e Alentejo.*

*A repressão será implacável. É proclamado o estado de sítio, sucedem-se as prisões e as deportações em massa, os espancamentos. Na Moita e em Olhão há fuzilamentos. Em muitos locais resiste-se durante dias. Os ferroviários do Sul e Sueste realizam sabotagens. No Alentejo, os trabalhadores rurais, os mais combativos, mantém a greve durante uma semana, apesar das prisões e dos fuzilamentos. Com a derrota da greve vêm os despedimentos às centenas e a dissolução administrativa das organizações operárias - UON - União Operária Nacional, Federação da Construção Civil, Federação dos Sindicatos Operários, Associação dos Ferroviários do Sul e Sueste, Associação de Tipógrafos, etc. Odmira sofre uma razia.*



A partir daqui começa a ser clara para muitos sindicalistas a necessidade de intervirem politicamente: “Para preparar a revolução é indispensável um forte organismo extra sindical de carácter proletário e revolucionário”, *Bandeira Vermelha*, órgão da FMP - Federação Maximalista Portuguesa, em 1919; “Em 1921 após algumas jornadas gloriosas da nossa organização sindicalista, lembraram-se alguns militantes de que seria conveniente construir à margem da CGT um organismo que agrega-se, especialmente, todos os elementos afins (...) Esta organização extra-sindical visava apressar o acto revolucionário”, *A Batalha*, em 1926.

### A CAMINHO DO PARTIDO COMUNISTA

O aparecimento em 1919 da Federação Maximalista Portuguesa é uma primeira tentativa de superação das limitações anarco-sindicalistas, um princípio de tomada de consciência da necessidade dos trabalhadores se organizarem para assim poderem intervir na política. Criada por militantes anarco-sindicalistas, sem conhecimentos sólidos do marxismo, estes não vêm nenhuma contradição entre anarquismo e bolchevismo. Para eles é tudo o mesmo, sendo a questão essencialmente de ordem prática - se o método bolchevique resultou, é porque funciona. Por isso a Federação Maximalista não é um partido nem tem a ambição de o vir a ser. É antes uma espécie de frente revolucionária de organizações operárias, virada para o assalto ao poder por meios violentos. Questões como a ditadura do proletariado são vistas como especificidades, coisas circunstanciais que em nada contrariam o anarquismo.

Durante o seu ano de existência a FMP dedicar-se-á essencialmente à divulgação da revolução soviética e de textos comunistas (Lenine, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Liebknecht, Jaurés, Marx e Engels) alimentado um profundo e conseqüente debate ideológico. Deste núcleo sairão os fundadores do PCP.

### A DIFÍCIL SEPARAÇÃO DO ANARQUISMO

A criação do PCP não representa nenhuma tomada de consciência marxista pelos seus fundadores, embora represente um passo em frente na aproximação ao comunismo

e um amadurecimento da sua compreensão relativamente à necessidade dos trabalhadores se organizarem politicamente e de terem de vir a exercer o poder para assegurar a vitória da revolução. Pela primeira vez a acção meramente sindical e a concepção de que a revolução se reduz à reorganização da produção e que pode ser feita à revelia da política; de que o poder da burguesia se transfere para as mãos dos operários por via de uma mítica greve geral, organizando-se estes como produtores nos sindicatos, começam a ser contestadas. Mas, apesar disso, o partido não é centralizado, é antes uma espécie de federação de núcleos organizados por bairros e não por fábricas ou indústrias; as bases e não só, resistem a constituir fracções sindicais, para intervir politicamente (e não só economicamente) na CGT. Concepções que até à reorganização de 1929, por Bento Gonçalves, vão fazer com que o partido viva em crise permanente, atravessado por facções que se degladiam entre si, dividido entre tendências jacobinas (tanto mais expressivas quanto se acentua a inoperância política da CGT e do PCP) partidárias da acção directa e do bombismo, e tendências reformistas.

O primeiro Congresso do PCP acontece só em 1923, dois anos após a sua fundação (o que é significativo) e a realização do IV Congresso da IC - Internacional Comunista. O partido conta com cerca de três mil aderentes, mas está totalmente paralisado, com duas direcções que tentam expulsar-se uma à outra, o que só não acontece devido à intervenção da IC. Para além da atitude face à CGT (em crescente de hostilização dos comunistas, até à expulsão destes da central sindical em 1925) e o perigo fascista, em confronto vão estar as duas concepções que atravessam o PCP desde a sua fundação: construir um partido de massas, para trabalhar dentro dos sindicatos e concorrer a eleições (visão da IC e do grupo reformista e maioritário de Carlos Rates), ou um clandestino, virado para actividades ilegais - terrorismo, fabrico de moeda falsa, roubos, atentados, assassinatos políticos (concepção defendida pelos sectores operários mais jovens do partido e pela Juventude Comunista). A IC irá impor a direcção de Carlos Rates, sem que a questão se resolva; é constituída a fracção portuguesa da ISV - Internacional Sindical Vermelha, mas os resultados



serão escassos devido à recusa dos militantes em trabalhar politicamente nos sindicatos. O partido continuará em crise permanente, paralisado e sem orientação política.

Quando se dá o golpe fascista de 1926, o movimento operário não esboça qualquer reacção, embora fosse do conhecimento público que o golpe estava em marcha. A CGT, igualmente em crise devido à falência da sua orientação (irá desagregar-se rapidamente), recusa a proposta do PCP de unir esforços contra o golpe. Só três dias depois deste consumado apelará ao levantamento. Entretanto, Gomes da Costa pôde vir tranquilamente com as suas tropas de comboio, de Braga a Lisboa, sem que os combativos sindicatos ferroviários fizessem algo para o impedir.

O PCP, sem qualquer ideia sobre o que fazer, irá perder-se em tentativas de duvidosa unidade com a burguesia democrática, chegando a participar em dois atabalhoados levantamentos republicanos – no Porto, fornece 200 militantes que a burguesia se “esquecerá” de armar – sem apresentar qualquer exigência. A repressão será implacável, e atingirá o partido duramente, chegando este à reorganização de 1929 apenas com 30 militantes.

A partir daqui, com a ditadura instalada, a geração formada sob as ideias anarquistas irá desaparecer (o levantamento dos operários vidreiros da Manha Grande, em 18 de Janeiro de 1934, que proclamam o soviete, será o estertor final desta corrente). A luta dos trabalhadores, que até aí tinha sido norteada pela esperança do derrube da burguesia a curto prazo, vai perder essa perspectiva. A revolução será uma coisa cada vez mais distante. O seu lugar será ocupado pela resistência ao fascismo e a intervenção unitária.

Pela mão de Bento Gonçalves e da IC, o PCP irá desembaraçar-se do anarquismo e a ser construído segundo as regras da III Internacional.

*António Barata*  
*Novembro de 2008*



